



GT 29. Diálogos nas fronteiras: a Educação e a Escola como objetos de investigação na Antropologia.

Coordenador(es):

Sandra de Fátima Pereira Tosta (UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto)

Gilmar Rocha (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 1

Debatedor/a: Anderson Tibau (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 2

Debatedor/a: Tânia Dauster Magalhães e Silva (PUC-RIO - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

Os debates entre Antropologia e Educação vem sendo realizados desde os anos de 1990 em fóruns científicos no Brasil e no exterior, tendo como referências pesquisas que apresentam as várias possibilidades e desafios da produção científica em perspectiva interdisciplinar e comparada. Uma proposição é clara na delimitação destes debates, qual seja, a de entender o fenômeno da educação não apenas em termos escolares, mas como um processo que remete às aprendizagens nas culturas. Eventos tais como IUAES, RBA, RAM, ALA, têm acolhido estes debates por meio de gts, mesas redondas, simpósios etc. Num rápido balanço das abordagens contempladas nestes eventos e nas publicações que circulam no meio acadêmico, destacam-se: usos da etnografia na pesquisa educacional, o ensino da antropologia para não antropólogos, escola, diferença e diversidade cultural, educação indígena e as pedagogias diferenciadas. Contudo, uma dimensão ainda pouco explorada diz respeito à seguinte problematização: quando antropólogos elegem como tema de investigação questões relacionadas à educação, de que modos isto se configura? Uso de metodologias do tipo estudo de caso, história de vida etc, além da etnografia, e, teoricamente, quais os autores que deram suporte ou dialogaram com o campo? Assim, este GT objetiva reunir antropólogos do Brasil e do exterior que pesquisam fenômenos educacionais a fim de promover uma ampla exposição e debate visando o aprofundamento da compreensão destes diálogos interdisciplinares.

Antropologia, Escola e a "Inclusão": Uma etnografia das Práticas e Políticas em Inclusão Escolar de pessoas com deficiência no contexto do Ensino Público regular

Autoria: Jéssica Nunes da Silva (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

A pesquisa aqui desenvolvida tem por tema a Educação Inclusiva e a Inclusão Escolar de pessoas com deficiência e/ou classificadas dentro do escopo das Necessidades Educacionais Especiais/Específicas (NEE?) no contexto da Educação Básica, mais especificamente no Ensino Público regular. O objetivo do work é compreender, através da etnografia, os sentidos e desdobramentos do conceito de Inclusão na escola, através da análise sobre a materialização das diretrizes legais que definem a inclusão escolar: desde as políticas até as práticas visualizadas em campo. Para tal, além de uma revisão da legislação correspondente, foi realizada uma etnografia dos processos de inclusão escolar na EMEM Emílio Meyer, escola regular da rede municipal de Porto Alegre que conta com a oferta de Ensino Médio. Na imersão em campo, foram analisados os serviços de apoio à inclusão mobilizados pela escola, quais sejam: 1) Atendimento Educacional Especializado (AEE); 2) Sala de Inclusão e Recursos (SIR); 3) Programa de Apoio à Inclusão da PMPA e 4) Projeto Piloto de Inclusão, idealizado e desenvolvido pelo SOE em parceria com a SIR. As reflexões advindas desta análise foram percorridas de modo sequencial, a partir de três eixos temáticos: iniciando pelas Políticas de Inclusão que compõem o discurso oficial e a estrutura normativa pertinente, passando pelos



desdobramentos práticos e pela reflexão acerca dos efeitos sociais dessas políticas, até sua culminância na compreensão de alguns dos sentidos associados ao conceito de inclusão no contexto da escolarização formal. Além da etnografia, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com docentes, profissionais do AEE, estagiários de apoio e responsáveis pelo Projeto Piloto. A revisão bibliográfica foi orientada no sentido de aprofundar o debate em antropologia e educação, constituindo a base para a reflexão crítica proposta a partir dos desdobramentos etnográficos e material obtido em campo. Ao final, conclui-se que a institucionalização de ferramentas direcionadas às práticas inclusivas na escola afetam em diversos níveis os discursos, sociabilidades e concepções por parte de toda a comunidade escolar. Assim, a presença destes estudantes na escola regular e o aparato em termos de recursos e narrativas associadas ao conceito de inclusão, demanda que se tenha um olhar crítico a respeito destes processos e destas políticas. Possibilitando mobilizar, a partir do conceito de Inclusão e suas implicações, uma gama mais ampla de saberes, de práticas e de entendimentos acerca dos processos educativos em suas diversas formas, finalidades e formulações, aqui, com ênfase em especial nos processos de escolarização formal.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: